

Folha Larga F1 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e
2024 e relatório do auditor
independente



Folha Larga 1 Holding S.A.

*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanco patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	14



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Folha Larga F1 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Folha Larga F1 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Folha Larga F1 Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.




Folha Larga F1 Holding S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por Bruno Guedes Monteiro 1055955733
CPF: 1020095733
Data/Hora de Assinatura: 30 de abril de 2026 | 19:11 BRT
© CIP Brasil, CUI Certificada DQIM FF A1
C- BR
Emissor: AC SygniaID MAltra
928195AD37247C

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Folha Larga 1 Holding S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.211	20.022	2.788.658	341.865
Títulos e valores mobiliários	5	635.128	171.921	73.081.689	63.845.663
Contas a receber	6	-	-	11.303.131	9.474.779
Contas a receber de partes relacionadas	20.1	-	-	258.427	1.354.932
Tributos a recuperar	7	-	2.032.549	-	2.964.288
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1.685	-
Dividendos a receber	20.3	2.645.074	965.435	-	-
Outros ativos		4	4	4	4
		3.317.417	3.189.931	87.433.594	77.981.531
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	2.386.207	-	3.380.806	-
Investimentos	8	176.801.484	169.464.603	-	-
Imobilizado	9	-	-	509.335.519	529.884.373
Direito de uso	10	-	-	-	145.343
		179.187.691	169.464.603	512.716.325	530.029.716
Total de ativos		182.505.108	172.654.534	600.149.919	608.011.247
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	12	48.224	8.439	4.901.452	4.366.493
Tributos a recolher	11	2.234	205	623.313	696.595
Contas a pagar a partes relacionadas	20.2	-	-	7.170.304	5.377.936
Adiantamentos de clientes		-	-	12.259	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	30.433.198	22.046.150
Impostos a recolher		-	-	1.650.344	1.186.278
Dividendos a pagar	20.4	3.104.243	270.192	3.104.243	270.192
		3.154.701	278.836	47.895.113	33.943.644
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	369.001.489	398.616.726
Impostos diferidos		-	-	769.462	259.229
Passivo para descomissionamento		-	-	3.133.448	2.815.950
		-	-	372.904.399	401.691.905
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	155.166.284	155.166.284	155.166.284	155.166.284
Reserva legal	14.2	5.067.020	4.413.495	5.067.020	4.413.495
Reserva de Lucros	14.4	9.312.729	-	9.312.729	-
Dividendos adicionais propostos		9.804.374	12.795.919	9.804.374	12.795.919
Total do patrimônio líquido		179.350.407	172.375.698	179.350.407	172.375.698
Total do passivo e patrimônio líquido		182.505.108	172.654.534	600.149.919	608.011.247

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Edma Larga 1 Holding S.A.
Demonstração do resultado
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	15	-	-	102.087.617	88.603.987
Custos das vendas	16	-	-	(61.124.592)	(55.602.168)
Lucro bruto		-	-	40.963.025	33.001.819
Despesas gerais e administrativas	17	(92.480)	(98.091)	(2.070.640)	(1.997.812)
Equivalência patrimonial	8	12.878.258	1.147.735	-	-
Outras receitas e despesas		(18.991)	34.249	(54.396)	3.549.293
Lucro operacional		12.766.787	1.083.893	38.837.989	34.553.300
Despesas financeiras	18	(24.031)	(12.344)	(28.018.684)	(33.668.537)
Receitas financeiras	18	376.296	135.257	8.312.616	5.921.310
Resultado financeiro		352.265	122.913	(19.706.068)	(27.747.227)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.119.052	1.206.806	19.131.921	6.806.073
Imposto renda e contribuição social corrente	19	(48.555)	(69.156)	(5.968.506)	(5.782.954)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	(92.918)	114.531
Lucro líquido do exercício		13.070.497	1.137.650	13.070.497	1.137.650

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.070.497	1.137.650	13.070.497	1.137.650
Resultado abrangente do exercício	13.070.497	1.137.650	13.070.497	1.137.650

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Folha Larga 1 Holding S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		155.549.584	(383.300)	4.356.612		29.031.240	-	188.554.136
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	14.3	-	-	-	-	(17.045.896)	-	(17.045.896)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.137.650	1.137.650
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	14.2	-	-	56.883	-	-	(56.883)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	(270.192)	(270.192)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	810.575	(810.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		155.549.584	(383.300)	4.413.495	-	12.795.919	-	172.375.698
Dividendos distribuídos de reserva de lucros		-	-	-	-	(2.991.545)	-	(2.991.545)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.070.497	13.070.497
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	14.2	-	-	653.525	-	-	(653.525)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	(3.104.243)	(3.104.243)
Reserva de Lucros	14.4	-	-	-	9.312.729	-	(9.312.729)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		155.549.584	(383.300)	5.067.020	9.312.729	9.804.374	-	179.350.407

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Folha Larga 1 Holding S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	13.070.497	1.137.650	13.070.497	1.137.650
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação e amortização	16	-	25.322.954	24.954.130
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	18	-	27.439.763	32.459.320
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	18	(5.353)	(7.777.934)	(5.921.310)
PIS e COFINS diferidos		-	110.114	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	92.918	(114.531)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	48.555	5.968.506	5.782.954
Resultado de equivalência patrimonial	8	(12.878.258)	-	-
Desreconhecimento de arrendamento		-	145.343	-
Resultado com variação cambial e monetária		(370.943)	(212.789)	-
		(135.502)	64.159.372	58.298.213
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	6	-	(1.828.352)	5.659.382
Contas a receber de partes relacionadas	20.1	-	1.096.505	(511.925)
Adiantamentos a fornecedores		-	(1.685)	337.715
Despesas antecipadas		-	-	10.140
Tributos a recuperar	7	17.286	113.769	(694.357)
Outros ativos		-	-	366
Tributos a recolher	11	1.029	232.920	(1.028.292)
Contas a pagar	12	39.784	523.984	1.040.860
Contas a pagar a partes relacionadas	20.2	-	1.792.368	2.432.571
Adiantamentos de clientes		-	12.259	-
		58.099	1.941.768	7.246.460
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(47.555)	(5.503.441)	(6.310.753)
		(124.958)	60.597.699	59.233.920
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	(4.763.127)	(563.407)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(457.855)	(1.458.092)	12.916.576
Dividendos recebidos	8	3.861.739	-	-
		3.403.884	(6.221.219)	12.353.169
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos - principal	13	-	(20.440.531)	(19.258.825)

Folha Larga 1 Holding S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Pagamento de empréstimos – juros	13	-	-	(28.227.419)	(31.013.090)
Custo de transação de empréstimos		-	-	-	(1.294.438)
Dividendos pagos	14.3	(3.261.737)	(23.010.457)	(3.261.737)	(23.010.457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.261.737)	(23.010.457)	(51.929.687)	(74.576.810)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		17.189	12	2.446.793	(2.989.721)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		20.022	20.010	341.865	3.331.586
No final do exercício		37.211	20.022	2.788.658	341.865
		17.189	12	2.446.793	(2.989.721)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de imobilizado e intangível a prazo	-	-	10.974	535.468
Passivo para descomissionamento	-	-	-	2.815.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Folha Larga 1 Holding S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



1 Contexto operacional

A Folha Larga 1 Holding S.A. ("Folha Larga 1" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 17 de outubro de 2018, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso no 52, 18º andar (parte), Centro. A Companhia é controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A., detentora de 100% das ações. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A autorização para exploração foi adquirida pelo consórcio Folha Larga 1 nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em abril de 2018 e agosto de 2018, respectivamente. Nos leilões foram vendidos 33,4 MW médio e 16 MW médio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito no leilão, foram constituídas quatro novas entidades, suas controladas, que juntas, possuem capacidade total instalada de 147MW. Em março de 2019 foram iniciadas as obras do complexo, cuja previsão de conclusão e início da operação comercial era setembro de 2020. Ao longo de 2019 foram assinados contratos de venda de energia no mercado livre totalizando 69,4 MWm.

Em 24 de dezembro de 2018 foi assinado o contrato de financiamento do projeto com o Banco do Nordeste, com a realização do primeiro desembolso em dezembro de 2019.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

Folha Larga Fase I

A primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Campo Formoso - BA e a autorização para exploração foi adquirida nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em abril de 2018 e agosto de 2018, respectivamente. Foram vendidos nos leilões 33,4 MW médio e 16 MW médio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito nos leilões foram constituídas quatro novas empresas: Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A. ("VSJ01"), Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A. ("VSJ04"), Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A. ("VSJ13") e Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A. ("VSJ14"), que representam os parques eólicos que produziram os 49,4 MW médios contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2020 e atende integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com o início da obrigação de entrega de energia a partir de 01/01/2022, conforme descrição de geração abaixo:

Capacidade instalada nas Companhias constituídas	Capacidade	
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S/A	33,6	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S/A	29,4	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S/A	42,0	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S/A	42,0	MW
	147,0	MW

Folha Larga 1 Holding S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



A apuração de energia produzida é mensal, sendo que, desvios negativos são restituídos pelas Companhias. Desvios positivos são pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 17 de agosto de 2018, as quatro novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

As empresas possuem contratos firmados no ambiente de contratação livre (ACL) a partir de 2020 até 2043, o que garante a geração de receitas no período que antecede o atendimento ao mercado regulado.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 33,3 km, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kV Folha Larga e término na Subestação Senhor do Bonfim II;
- (ii) Subestação Senhor do Bonfim II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Senhor do Bonfim II em 230 kV.

1.2 Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao Curtailment (cortes de geração) de geração eólica:
Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:
A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:
A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até

30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 21.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 21.

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu

envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras incluem:

Sociedades	Atividade	Participação
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S/A	Geração de energia eólica	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das

Folha Larga 1 Holding S.A.

*Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

<u>Estimativa</u>	<u>Nota Explicativa</u>
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(b)
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

(a) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 21).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em

Folha Larga 1 Holding S.A.*Notas explicativas as demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(b) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Empresa possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Empresa e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 **Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 **Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) **Ativos financeiros**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Empresa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo

simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Empresa e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Empresa para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Empresa não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Empresa possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Empresa não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Empresa optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Empresa reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela Empresa no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Passivo para descomissionamento

Folha Larga 1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado. As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Empresa e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na

citada LC 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Empresa e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Empresa obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Empresa e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Empresa.

(c) Constrained-off de usinas

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Empresa e suas investidas estão sujeitas ao regime do lucro real, enquanto as empresas indiretas (SPEs) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Empresa e suas controladas tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Questões climáticas

A Empresa considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Empresa está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Empresa considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Empresa tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2024, a Empresa considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento

de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
- v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos

Folha Larga 1 Holding S.A.*Notas explicativas as demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

· IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

Folha Larga 1 Holding S.A.*Notas explicativas as demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

· IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A empresa aplica as alterações se:

i. sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

ii. estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	37.211	20.022	2.788.658	341.865
Total	37.211	20.022	2.788.658	341.865

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 21.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	635.128	171.921	73.081.689	63.845.663
	635.128	171.921	73.081.689	63.845.663

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025, sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos de energia (i)	9.637.125	8.297.617
Contratos de mercado de curto prazo	841.274	44.490
Outras contas a receber	824.732	1.132.672
	11.303.131	9.474.779

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	-	1.858.706	-	2.061.114
CSLL	-	50.761	-	158.731
PIS	-	1.579	-	23.026
COFINS	-	9.715	-	203.912
IRRF	-	103.061	-	315.161
Outros	-	8.727	-	202.344
	-	2.032.549	-	2.964.288
Não Circulante				
IRPJ	2.197.038	-	2.431.044	-
CSLL	59.619	-	179.033	-
PIS	1.376	-	26.001	-
COFINS	10.698	-	168.727	-
IRRF	103.142	-	329.343	-
Outros	14.334	-	246.658	-
	2.386.207	-	3.380.806	-

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Total	2.386.207	2.032.549	3.380.806	2.964.288
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação de impostos de acordo com a legislação tributária e/ou alvo de solicitação de restituição junto ao Fisco, quando permitido, a serem definidos pela Administração da Companhia. Em 2026 a Companhia avalia a solicitação da restituição dos montantes acima através de PERDCOMP.

Folha Larga 1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**8 Investimentos**

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a))

	VSJ 01	VSJ 04	VSJ 13	VSJ 14	Total
Saldo em 31/12/2024	40.932.343	33.445.804	48.237.913	46.848.543	169.464.603
Equivalência patrimonial	645.852	1.095.251	5.489.445	5.647.710	12.878.258
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.303.743)	(1.341.331)	(2.645.074)
Dividendos adicionais Propostos	-	-	(1.426.183)	(1.470.121)	(2.896.304)
Saldo em 31/12/2025	41.578.195	34.541.055	50.997.432	49.684.801	176.801.484
	VSJ 01	VSJ 04	VSJ 13	VSJ 14	Total
Saldo em 31/12/2023	45.503.493	34.971.410	52.550.019	51.241.471	184.266.394
Equivalência patrimonial	(1.490.136)	(1.427.117)	2.001.661	2.063.327	1.147.735
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(475.395)	(490.040)	(965.435)
Dividendos adicionais propostos	(3.081.014)	(98.488)	(5.838.372)	(5.966.215)	(14.984.089)
Saldo em 31/12/2024	40.932.343	33.445.804	48.237.913	46.848.543	169.464.603

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025				
	VSJ 01	VSJ 04	VSJ 13	VSJ 14	Total
Ativo circulante	20.128.666	15.511.515	27.088.077	24.761.586	87.489.844
Ativo não circulante	119.086.120	103.518.449	143.561.169	144.164.380	510.330.118
Passivo circulante	11.868.407	10.249.910	12.208.150	13.787.612	48.114.079
Passivo não circulante	85.768.184	74.238.997	107.443.665	105.453.553	372.904.399
Patrimônio líquido	40.932.343	33.445.806	45.507.987	44.037.091	163.923.227
Lucro do exercício	645.852	1.095.251	5.489.445	5.647.710	12.878.258

Folha Larga 1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



	2024				
	VSJ 01	VSJ 04	VSJ 13	VSJ 14	Total
Ativo circulante	19.690.968	13.585.851	22.745.054	21.091.005	77.112.878
Ativo não circulante	122.385.039	107.511.076	149.765.586	150.368.016	530.029.717
Passivo circulante	8.814.728	7.843.078	8.742.088	10.586.191	35.986.085
Passivo não circulante	92.328.937	79.808.045	115.530.638	114.024.287	401.691.907
Patrimônio líquido	42.422.478	34.872.921	46.236.252	44.785.216	168.316.867
Lucro do exercício	(1.490.136)	(1.427.117)	2.001.661	2.063.327	1.147.735

Folha Larga 1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

Consolidado					
2025					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	527.068.423	4.774.100	(25.188.861)	506.653.662
Passivo para descomissionamento		2.815.950	-	(134.093)	2.681.857
Total		529.884.373	4.774.100	(25.322.954)	509.335.519
Custo		635.000.399			639.774.499
Depreciação acumulada		(105.116.026)			(130.438.980)
Imobilizado líquido		529.884.373			509.335.519

Consolidado					
2024					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	550.923.399	1.098.874	(24.953.850)	527.068.423
Passivo para descomissionamento		-	2.815.950	-	2.815.950
Total		550.923.399	3.914.824	(24.953.850)	529.884.373
Custo		631.085.575			635.000.399
Depreciação acumulada		(80.162.176)			(105.116.026)
Imobilizado líquido		550.923.399			529.884.373

Atualmente, os ativos da Empresa que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 13). A Empresa efetuou uma avaliação de indicadores de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

10 Direito de uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a reversão do saldo do Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, uma vez que os contratos passaram a não ser aplicáveis a regra do IFRS16.

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado		
	2025		
	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Arrendamento de imóveis	145.343	(145.343)	-
	145.343	(145.343)	-

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	145.622	-	(279)	145.343
	145.622	-	(279)	145.343

11 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL	1.000	-	1.000	-
PIS sobre faturamento	99	17	74.595	109.382
COFINS sobre faturamento	431	13	344.242	504.764
Tributos retidos na fonte	704	175	203.476	82.449
	2.234	205	623.313	696.595

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

12 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados	48.224	8.439	370.810	213.683
Aquisição de imobilizado	-	-	10.974	535.468
Serviços de manutenção	-	-	1.054.722	911.882

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Mercado de curto prazo a pagar (ii)	-	-	2.204.000	129.185
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	999.995	2.443.303
TUST/TUSD	-	-	1.147	-
Custo com energia elétrica	-	-	259.804	123.640
Outros	-	-	-	9.332
	48.224	8.439	4.901.452	4.366.493

- (i) O Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado.
- (ii) A companhia recorre a liquidação no Mercado de Curto Prazo e Bilateral para atendimento dos contratos negociados no Ambiente Livre.

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Consolidado	
			2025	2024
Principal BNDES FINEM	R\$	IPCA+2,57% a.a.	391.601.688	419.422.309
Juros			7.832.999	1.240.567
			399.434.687	420.662.876
Passivo circulante			30.433.198	22.046.150
Passivo não circulante			369.001.489	398.616.726

Em 24 de dezembro de 2018, as controladas firmaram um contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 523.140.370. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) dos parques eólicos.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA + juros de 2,57% a.a. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de julho de 2021, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato. O contrato de financiamento prevê a aplicação de bônus de adimplência, incidente sobre os juros básicos fixo, nos casos em que a parcela do serviço da dívida for integralmente paga até a data do respectivo vencimento.

13.2 Movimentação dos empréstimos

Saldo inicial em 01/01/2024	439.769.909	Saldo inicial em 01/01/2025	420.662.876
(+) Juros apropriados	31.164.882	(+) Juros apropriados	27.439.763
(-) Amortização juros	(31.013.090)	(-) Amortização juros	(28.227.420)
(-) Amortização principal	(19.258.825)	(-) Amortização principal	(20.440.531)
Saldo final em 31/12/2024	420.662.876	Saldo final em 31/12/2025	399.434.687

Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos

direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos	
2027	54.292.159
2028	52.533.478
2029	51.700.197
2030 – 2039	422.414.582
Total	580.940.416

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 155.166.284, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 155.166.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Participação%</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	155.166.284	155.166.284
		155.166.284	155.166.284

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o valor constituído no exercício é de R\$ 653.525 (R\$ 56.883 em 2024), totalizando R\$ 5.067.020.

14.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos adicionais propostos.

Em 2025, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 270.192

Em 31 de dezembro de 2025, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 3.104.243 (R\$ 270.192 em 2024).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	13.070.497	1.137.650
Base de cálculo dos dividendos	13.070.497	1.137.650
(-) Constituição da reserva legal	(653.525)	(56.883)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	12.416.972	1.080.767

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Dividendos mínimos obrigatórios	3.104.243	270.192
Reserva de Lucros	9.312.729	-
Dividendos adicionais propostos	-	810.575

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	2025	2024
Saldo Inicial	270.192	5.964.561
Dividendos mínimos obrigatórios	3.104.243	270.192
Dividendos adicionais propostos	2.991.545	17.045.896
Dividendos pagos	(3.261.737)	(23.010.457)
	3.104.243	270.192

14.4 Reserva de lucros

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, assim que aprovado em Assembleia pelos acionistas, a reserva é revertida para dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 9.312.729.

15 Receitas de vendas e serviços

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas de energia	111.470.469	92.008.256
(-) Ressarcimento	(954.467)	-
Receita bruta	110.516.002	92.008.256
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(720.213)	(606.240)
COFINS	(3.324.060)	(2.798.029)
ICMS (i)	(4.384.112)	-
Total das deduções da receita bruta	(8.428.385)	(3.404.269)
Receita líquida	102.087.617	88.603.987

(i) A Companhia no decorrer de 2025 realizou venda de energia a consumidor final no Ambiente Livre.

16 Custos das vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Seguros	(1.532.693)	(1.562.642)
Custos com aluguéis	(1.440.670)	(1.277.787)
Custo com mercado de curto prazo – MCP (ii)	(4.928.422)	(3.935.319)
Aquisição de energia elétrica (ii)	(7.055.256)	(3.544.190)
Outros custos e serviços	(739.651)	(252.619)
	(15.696.692)	(10.572.557)
Impostos e taxas		
TUST/TUSD (i)	(6.074.170)	(5.710.266)
Taxa de regulamentação	(631.530)	(456.201)
Impostos e taxas diversas	(3.827)	-
	(6.709.527)	(6.166.467)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(13.283)	(95.112)
Manutenção das instalações	(9.609.504)	(9.949.125)
Serviços de telecomunicações	(156.084)	(438.997)
	(9.778.871)	(10.483.234)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(25.322.954)	(24.953.851)
Custo com depreciação do direito de uso	-	(279)
	(25.322.954)	(24.954.130)
Rateio de custos		
Salários	(3.523.021)	(3.220.105)
Serviços prestados pelo exterior	(93.527)	(205.675)
	(3.616.548)	(3.425.780)
Total dos custos de vendas	(61.124.592)	(55.602.168)

- (ii) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.
- (iii) A Companhia recorre a liquidação no Mercado de Curto Prazo e Bilateral para atendimento dos contratos negociados no Ambiente Livre.

17 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Despesas legais	(5.037)	(1.159)	(84.641)	(91.597)
Outras despesas administrativas	-	-	(270.998)	(170.472)
	(5.037)	(1.159)	(355.639)	(262.069)

Folha Larga 1 Holding S.A.
 Notas explicativas as demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2025
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)

**Impostos e taxas**

Multas	-	(4.543)	(52.704)	(244.263)
Imposto e taxas diversas	(24)	(29.963)	(259.728)	(266.707)
	(24)	(34.506)	(312.432)	(510.970)

Despesas com serviços prestados

Honorários de contadores	(34.878)	(33.593)	(174.392)	(167.964)
Serviços de consultoria	(26.694)	(3.513)	(638.234)	(508.480)
Honorários de auditores	(25.847)	(25.320)	(129.236)	(126.599)
Honorários de advogados	-	-	(72)	(578)
Serviços de vigilância	-	-	(323.575)	(317.460)
Serviços de limpeza	-	-	-	(5.053)
Serviços de informática	-	-	(10.128)	(5.034)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(88.649)	(21.554)
	(87.419)	(62.426)	(1.364.286)	(1.152.722)

Rateio de despesas

Impostos e taxas diversas	-	-	(38.283)	(72.051)
	-	-	(38.283)	(72.051)

Total das despesas administrativas

	(92.480)	(98.091)	(2.070.640)	(1.997.812)
--	-----------------	-----------------	--------------------	--------------------

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	5.353	135.257	7.777.934	5.921.310
Variações cambiais ativas	370.943	-	530.287	-
Juros	-	-	4.395	-
	376.296	135.257	8.312.616	5.921.310
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e debentures	-	-	(27.439.763)	(31.164.882)
Juros sobre outras operações	-	(2.019)	(69.839)	(109.239)
Despesas bancárias	(6.530)	(3.414)	(25.300)	(346.794)
Garantias	-	-	(24.000)	(666.195)
Descontos concedidos	-	-	(1.539)	(1.150)
Despesas com IOF	(3)	(59)	(123.247)	(75.566)
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	-	(1.294.438)
Tributos sobre receitas financeiras	(17.498)	(6.289)	(17.498)	(6.289)
Outras despesas financeiras	-	(563)	(317.498)	(3.985)
	(24.031)	(12.344)	(28.018.684)	(33.668.538)
Resultado financeiro	352.265	122.913	(19.706.068)	(27.747.228)

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto	13.119.052	1.206.806	19.131.921	6.806.071
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	4.460.478	410.314	6.504.853	2.314.065
Resultados de controladas por equivalência	(4.378.608)	(390.230)		-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos				
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(65.361)	45.643	(65.361)	45.643
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	32.046	3.429	32.046	3.429
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(410.114)	3.305.286
Encargo fiscal	48.555	69.156	6.061.424	5.668.423
Despesa com IR e CS correntes	(48.555)	(69.156)	(5.968.506)	(5.782.954)
Despesa com IR e CS diferidos		-	(92.918)	114.531
	(48.555)	(69.156)	(6.061.424)	(5.668.423)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,4%	5,7%	31,7%	18,3%
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto por natureza				
IRPJ e CSLL sobre resultado	48.555	69.156	48.555	69.156
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	-	-	3.300.059	2.940.250
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	-	-	2.405.425	1.967.258
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	-	-	214.467	806.290
	48.555	69.156	5.968.506	5.782.954

20 Transações com parte relacionadas

20.1 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S/A	10.025	196.282
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S/A	60.250	294.090
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S/A	72.180	282.062
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S/A	57.879	290.563
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S/A	58.094	291.936
	258.427	1.354.932

Refere-se a saldo a receber oriundo de repasse de custos necessários para a construção dos parques dos projetos Folhas Largas I, II, Casa dos Ventos, através de percentual fixo de acordo com contrato do Consórcio Folha Larga Interconexões, na qual a Ventos de São Januário 01 S.A. (empresa do projeto Folha Larga I) é a empresa líder.

20.2 Contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações (i)	7.170.304	5.377.936
	7.170.304	5.377.936

- (i) Contrato com a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração/manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

20.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2025	2024
Parque Eólico Ventos da São Januário 13 S/A	1.303.743	475.395
Parque Eólico Ventos da São Januário 14 S/A	1.341.331	490.040
	2.645.074	965.435

20.4 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	3.104.243	270.192
	3.104.243	270.192

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 14.3.

20.5 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	37.211	20.022	2.788.658	341.865
Contas a receber	-	-	11.303.131	9.474.779
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.685	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	258.427	1.354.932
Dividendos a receber	2.645.074	965.435	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários	635.128	171.921	73.081.689	63.845.663
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	48.224	8.439	4.901.452	4.366.493
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	7.170.304	5.377.936
Adiantamentos de clientes	-	-	12.259	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	399.434.687	420.662.876
Dividendos a pagar	3.104.243	270.192	3.104.243	270.192
Passivo para descomissionamento	-	-	3.133.448	2.815.950

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.

- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Empresa sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Empresa, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

21.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	37.211	20.022	2.788.658	341.865
Contas a receber	-	-	11.303.131	9.474.779
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.685	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	258.427	1.354.932
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Dividendos a receber	2.645.074	965.435	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	635.128	171.921	73.081.689	63.845.663

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.



21.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

21.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	48.224	-	8.439	-
Dividendos a pagar	3.104.243	-	270.192	-
	3.152.467	-	278.631	-
	Consolidado			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	4.901.452	-	4.366.493	-
Contas a pagar a partes relacionadas	7.170.304	-	5.377.936	-
Empréstimos e financiamentos	49.123.546	580.940.416	50.498.649	562.465.964
	61.195.302	580.940.416	60.243.078	562.465.964

21.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

21.5 Gestão de capital

A Empresa obtém recursos através de aportes realizados por seus quotistas e por instituições financeiras terceiras, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em



projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2025, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2026 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2025, cuja valor definido foi de 3,97% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2026		
	2025	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	399.434.687	IPCA	24.711.592	27.916.577	31.198.586

22 Compromissos assumidos

22.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	VSJ01		VSJ04	
	2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACR				
Volume [MWh]	101.616	1.118.530	91.104	1.002.854
Preço [R\$/MWh]	123	123	120	120
Subtotal [R\$]	12.476.868	137.337.204	10.925.192	120.261.675
ACL				
Volume [MWh]	64.259	485.544	56.397	426.143
Preço [R\$/MWh]	166	151	174	158
Subtotal [R\$]	10.686.743	73.237.725	9.801.193	67.168.929
Total [R\$]	23.163.611	210.574.929	20.726.385	187.430.604
	VSJ13		VSJ14	
	2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACR				
Volume [MWh]	120.012	1.321.048	120.012	1.321.048
Preço [R\$/MWh]	121	121	121	121
Subtotal [R\$]	14.522.170	159.853.866	14.580.635	160.497.450
Volume [MWh]	78.956	596.600	78.956	596.600

Folha Larga 1 Holding S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



ACL	Preço [R\$/MWh]	164	149	165	149
	Subtotal [R\$]	12.980.927	88.960.097	12.997.593	89.074.305
	Total [R\$]	27.503.098	248.813.963	27.578.228	249.571.755

23 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais, em decorrência de sinistros integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 1.412.429.379

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 157.784.760

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC - RJ 125542/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: EC0B75B5-E450-49E2-B53F-900E9B3A078D
 Assunto: Complete com o Docusign: DF + Relatório do Auditor - Folha Larga F1.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 47
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Aline Bandeirinha
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 aline.bandeirinha@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original
 30 de abril de 2026 | 18:40

Portador: Aline Bandeirinha
 aline.bandeirinha@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original
 30 de abril de 2026 | 19:11

Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

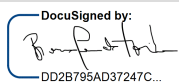
Bruno Monteiro
 bruno.monteiro@pwc.com
 Sócio
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 30 de abril de 2026 | 18:43
 Visualizado: 30 de abril de 2026 | 19:07
 Assinado: 30 de abril de 2026 | 19:11

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30 de abril de 2026 19:11 Visualizado: 30 de abril de 2026 19:11 Assinado: 30 de abril de 2026 19:11
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de abril de 2026 18:43
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de abril de 2026 19:07
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de abril de 2026 19:11
Concluído	Segurança verificada	30 de abril de 2026 19:11

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------